Anuário Antropológico
v.50 | 2025

Entrevista a Ayala Ferreira: “Sujeitos Inquietos”. 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Interview with Ayala Ferreira“Concerned Subjects”: 40 years of Landless Worker’s Movement

Ayala Lindabeth Dias Ferreira, Nashieli Rangel Loera e Igor Rolemberg

Edição electrônica
URL: http://journals.openedition.org/aa/13487
DOI: 10.4000/aa.13tdf
ISSN: 2357-738X

Editora
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica
Ayala Lindabeth Dias Ferreira, Nashieli Rangel Loera e Igor Rolemberg, «Entrevista a Ayala Ferreira», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, e-13tdf. URL: http://journals.openedition.org/aa/13487; DOI: https://doi.org/10.4000/aa.13tdf

Atribuição 4.0 Internacional

anuário antropológico
v. 50 • e-13tdf • 2025

Entrevista a Ayala Ferreira: "Sujeitos Inquietos". 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Interview with Ayala Ferreira: "Concerned Subjects": 40 years of Landless Worker's Movement

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.13tdf

Ayala Lindabeth Dias Ferreira
Direção Nacional do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Marabá, Pará, – Brasil

Nashieli Rangel Loera
Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, Brasil
Orcid: 0000-0003-4728-101

Igor Rolemberg
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
Orcid: 0000-0002-5171-1254

Esta entrevista buscou realizar um balanço das políticas fundiárias, agrárias e agrícolas destinadas a regular o acesso à terra e os usos que se fizeram prioritários dela no Brasil, a partir da perspectiva de uma militante do MST, no contexto dos 40 anos do movimento. A entrevista trata das mudanças ocorridas nas agendas de reivindicação por justiça agrária, nas formas de mobilização empreendidas, no público que participa das ações coletivas e no modo como se estabeleceu a interlocução com o Estado, comparando-se o caso da Amazônia com o restante do país. A entrevista aborda também as transformações das poíticas do Estado com relação a demanda de terra, e do próprio movimento, nessas últimas décadas.

MST; acesso à terra; movimentos sociais; Estado brasileiro.

This interview sought to take stock of the land, agrarian and agricultural policies designed to regulate access to land and the priority uses made of it in Brazil, from the perspective of an MST activist, in the context of the movement's 40th anniversary. The interview deals with the changes that have taken place in the agendas for demanding agrarian justice, the forms of mobilization undertaken, the public that participates in collective actions and the way in which dialogue with the state has been established, comparing the case of the Amazon with the rest of the country. The interview also discusses the changes in the state's policies in relation to the demand for land, and in the movement itself, over the last few decades

Key-words: MST; access to land; social movements; brazilian state.

CC BY

DOSSIÊ

Nos últimos 40 anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos camponeses da América Latina, tem sido um ator-chave para estabelecer um contraponto a um modelo econômico e societário desenvolvimentista[1] que vem se impondo como um rolo compressor no Brasil e no mundo. Tem proposto, ao longo de sua existência – seja através das mobilizações e ocupações de terras improdutivas, seja no estabelecimento de comunidades camponesas conhecidas como assentamentos rurais –caminhos alternativos, criando outros futuros possíveis para milhares de famílias brasileiras.

Por outro lado, a conformação de amplos territórios da reforma agrária tem possibilitado uma crítica contundente à concentração de terras e coloca concretamente, em todas as regiões do país, a possibilidade de democratização do acesso à terra e de mudanças nas relações de dominação no campo brasileiro. De maneira mais ampla, tem contribuído na diversificação da produção de alimentos em antigas áreas de monocultivo, com efeitos significativos também para o meio ambiente.

Esta entrevista faz uma singela homenagem às quatro décadas de luta desse movimento e busca realizar um balanço das políticas fundiárias, agrárias e agrícolas destinadas a regular o acesso à terra e os usos que se fizeram prioritários dela no Brasil, a partir da perspectiva de uma militante do MST. A entrevistada é membro da Direção Nacional do MST e já passou por diversas instâncias de coordenação no estado do Pará. A entrevista aborda as mudanças ocorridas nas agendas de reivindicação por justiça agrária, nas formas de mobilização empreendidas, no público – esses "sujeitos inquietos" como pertinentemente descreve Ayala –, que participam das ações coletivas e no modo como se estabeleceu a interlocução com o Estado, comparando-se o caso da Amazônia com o restante do país.

* * *

Ayala, gostaríamos de lhe agradecer por ter aceitado conversar conosco. É muito importante ter, como parte deste dossiê, uma representante do MST, ao tratarmos de um tema tão fundamental quanto a terra – ainda mais dentro do contexto de 40 anos do movimento. Achamos importante marcar essa comemoração de um dos maiores movimentos da América Latina.

Pensamos, então, em começar de uma forma mais livre ouvindo você falar um pouco da sua trajetória.

De onde você vem, como você começou a participar do MST, que posições você já ocupou no movimento e onde você se encontra neste momento?

Ayala

É muita história, viu? Mas assim, gente, como já foi mencionado, eu sou Ayala. O nome é muito grande, mas publicamente a gente sempre se apresenta como Ayala Ferreira. Já sou militante do MST há mais de 20 anos. E, como parte de uma

*Ayala Lindabeth Dias Ferreira, membro da Direção Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e do Coletivo de Direitos Humanos do MST. A entrevista foi realizada em julho de 2024 em formato online. Ayala Ferreira se conectou da casa dela, localizada no Aasentamento 26 de Março, em Marabá, no estado do Pará; Igor Rolemberg, da cidade do Rio de Janeiro; e Nashieli Loera, de Campinas. A transcrição da entrevista foi feita por Luciana Alvarez, aluna do mestrado em Antropologia Social da Unicamp, com o apoio de uma bolsa do Programa de Auxílio a Projetos Institucionais da Unicamp.

1 Segundo o antropólogo Mauro Almeida, em ensaio publicado em 2023 na *Revista Ruris* 15, nº 1, no Brasil contemporâneo convivem paralelamente duas trajetórias agrárias com efeitos aparentemente contraditórios no que diz respeito à concentração de terras e à redução das desigualdades sociais. De um lado, o agronegócio da agricultura industrializada baseada na grande propriedade da terra, cujos produtos são oferecidos no mercado internacional de *commodities*.– um modelo de desenvolvimento que representa o alicerce da acumulação capitalista. Do outro lado, múltiplos regimes indígenas e camponeses de uso da terra, baseados em unidades produtivas coletivas ou familiares. A primeira via, a do desenvolvimento agroindustrial, "tende a engolir a via camponesa da propriedade familiar pelo mecanismo perverso da compra da terra pela cadeia de expropriação violenta, construção de aparatos jurídicos para a legalização das invasões de terras, anistia e titulação de terras ilegalmente detidas" (2023,:254).

CC BY

geração, nós entramos muito meninos e meninas aí, jovens.

Nesta região aqui do sul e sudeste do Pará, há uma geração que foi forjada pela igreja (Católica), que ainda estava muito enraizada na Teologia da Libertação, nas Comunidades Eclesiais de Base. Então há toda uma geração que foi fruto desse processo de formação e que viu, por essa orientação da igreja, a luta dos camponeses como um caminho a trilhar e viver com radicalidade o evangelho – muito vivo, muito presente, nas nossas formações, né? Eu sou fruto desse processo, diga-se de passagem.

Entrei no MST no final de 1999, após o massacre de Eldorado do Carajás (ocorrido em 1996). Era o governo FHC. Havia uma ofensiva muito grande. Ao mesmo tempo que houve acesso a políticas públicas, por pressão de Eldorado do Carajás, também foi um período muito intenso de recrudescimento das violências e do Estado querendo impor limites a esse movimento que era o MST.

Então eu entrei nesse período aí, em que o MST, aqui no Pará, decidiu se ampliar – estadualizar e ampliar, ou seja, abrir as fileiras da reforma agrária para além da luta pela terra. Então, num primeiro momento, quando eu entrei no movimento, foi muito mais pela identificação política do que propriamente pela necessidade de ir para um acampamento e da luta pela terra. Entrei naquele bojo, em que o movimento se abriu para militantes de outros movimentos, partidos, estudantes das universidades, pessoas do movimento sindical urbano. Então foi um período que muita gente se aproximou do movimento, e eu fui, nesse contexto, me inserindo.

Alguns voltaram para seus movimentos e eu permaneci desde então. E foi anos depois, já no MST, que eu fui compreendendo a importância da relação com a terra, com o território, como um processo de garantir a existência. E foi nessa construção do movimento que eu me tornei assentada da reforma agrária. Então, por volta de 2002, a gente se inseriu aqui em Marabá, dentro de um território, na Fazenda Cabaceira – hoje Projeto de Assentamento "26 de Março" – e eu vivo aqui no assentamento.

No MST, (minha) militância começou nessa parte da formação de base: formação técnica e política das famílias que vivem acampadas e assentadas – naquele período, muito mais acampadas, né? Então eu fui para o setor de formação do MST, nós fomos nos organizar. Depois fui parte da Direção Nacional do MST representando o estado do Pará e, anos depois, fui para a coordenação do Setor de Direitos Humanos do MST. Hoje eu componho a direção do MST, seguindo nesse desafio de coordenar o Setor de Direitos Humanos.

Desde o ano passado (2023), fui para Brasília. Então nós temos um escritório do MST em Brasília que cumpre essa tarefa de fazer a articulação com os outros movimentos, essa relação institucional com o governo, com o parlamento e com outras organizações representando o Estado. Então, a gente tem um coletivo de dirigentes do movimento que fica em Brasília, cumprindo essas e outras tantas tarefas.

Em síntese, é isso: uma formação que começou na igreja. Em 1999, entro no

CC BY

MST, nessa mescla de estar no MST, mas também me relacionar com o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha uma presença também muito forte aqui na região, e de relação com o movimento camponês, sindical e, também, o próprio MST. Para quem não conhece, essa região aqui é um caldeirão, gente. Na luta pela terra, na luta pela reforma agrária, a organização camponesa se destaca.

Nashieli

Ayala, duas coisas que me chamaram a atenção. Você falou que teve um momento de abertura do movimento, quando vieram pessoas de outros movimentos. E você se referiu à igreja; o movimento de onde você veio foi com o pessoal das comunidades eclesiais de base. E teus pais? Eles também, a família, faziam parte da igreja? Porque você chegou nova (ao MST), né? Muito nova.

Ayala

É. Mas, diferente da família Santos[2] que você pesquisou e que todo mundo foi para a luta pela terra, né, pro acampamento e depois se tornaram assentados por gerações, esse não foi o meu caso. Então, minha mãe, trabalhadora do lar, cuidando de uma família de sete filhos. Meu pai, autônomo, fabricante de móveis de madeira e que batalhava todo dia para criar sete filhos ali. E numa cidade que estava em formação, que era Parauapebas. Tucuruí, primeiramente, depois Parauapebas. Ambas são cidades aqui do sudeste do Pará. E espaço do que foi o ciclo dos grandes projetos da Amazônia ali nos anos 1970 e 1980. A hidrelétrica de Tucuruí e, em Parauapebas, a Serra dos Carajás, a exploração de minério de ferro, antes pela estatal CVRD, agora pela empresa Vale. E que é o *boom* da mineração aqui na região. Então ele tentou, nesse processo de expansão desses grandes empreendimentos, projetos do capital na região, sustentar sete filhos. Então eles foram muito sujeitos de manter o nível de organização familiar ali, naquele regime não tão vinculado a uma participação mais ativa na igreja.

Mas quando você é jovem e inquieto, que era o meu caso, teve alguém que influenciou. "Vamos lá na igreja! ...". E numa cidade pequena como esta, pra sujeitos inquietos, você não tem tantos espaços para ir. Então foi meio como um... Não saberia dizer exatamente, mas foi uma oportunidade para responder muitas inquietações que passavam pela minha cabeça. A escola também foi muito importante. Assim, de ter professores e professoras que diziam "olha, vocês podem mais". Uma região pobre, onde não havia perspectiva de ir para a universidade. O ensino médio era mais raro ainda. Então, o que era garantido naquele período ali nos anos 1990, nessa região, era o (ensino) fundamental. O (ensino) médio em algumas cidades-polos, e a universidade (somente) se você saísse do estado ou fosse para a capital. E como um pai e uma mãe, pobre, com sete filhos, vão sustentar um outro filho que vai estudar?.

E tinha professores que diziam: "olha, vocês têm que lutar, vocês têm que se organizar para ter um dia um *campus* da universidade aqui". Aí, de repente, você

2 A família Santos fez parte de um conjunto de famílias que foram assentadas em diversos assentamentos na região de Birigui, ao oeste do estado de São Paulo. Nashieli Loera acompanhou a trajetória dessa família durante a realização da sua pesquisa de doutorado. A tese foi publicada em 2014 sob o título "Tempo de acampamento", pela editora UNESP.

CC BY

entra no grupo de jovens da igreja para, enfim, desaguar todas as inquietações que surgem no peito da juventude, da adolescência. E foi muito mais essa formação na igreja que oportunizou essa aproximação com o MST.

Depois, quando eu estava no MST. Meus pais vieram morar com a gente aqui no assentamento, a minha irmã veio, depois o meu irmão veio. O pessoal mora aqui no assentamento com a gente. Mas foi um processo em que eu fui primeiro. Foi muito tenso inicialmente. E a preocupação deles não era por eu estar no MST, não era por eu compor. Era muito mais de segurança, porque era muito enraizado aqui de que quem fosse do MST tinha um carimbo de morte na testa. Então minha mãe disse: "cê tá fazendo o quê?". Meu pai já brigava mais, que ele era mais da coisa assim: "olha, não cabe no MST alguém... a não ser que queira morrer cedo".

Nashieli

Na verdade, você foi puxando a sua família. Isso é muito comum e eu acho que isso o movimento soube aproveitar também: esses vínculos de parentesco, familiares. E foram puxando uns aos outros, né? E isso eu vejo a nível nacional; eu acho que foi parte da estratégia. Os assentamentos, as terras conquistadas, são centrais para a continuidade do próprio movimento. Eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso. A gente sabe que os assentamentos são o sustento material, mas são importantes também para as mobilizações, inclusive para novos militantes se inserirem no movimento. Eu ouvi muito uma palavra que era "gratidão" com o movimento. E mesmo quem não é militante e está assentado vai participar das mobilizações porque se sente agradecido, grato com o movimento. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso: o papel dos assentamentos e como foram puxando uns aos outros.

Ayala

Tem duas coisas, Nashieli e Igor, que acho que pesa nessa construção. Primeiro é essa natureza do Movimento Sem Terra. Como você mencionou, uma organização de 40 anos e, logo nos primeiros momentos de formação do MST, um dos desafios era beber das experiências que antecederam a existência do MST, no que se refere à organização dos camponeses na luta pela reforma agrária no Brasil.

As pessoas não consideram, mas nós somos um país em que a terra, o sentido da terra, sempre esteve muito presente nas lutas camponesas. Seja numa fase anterior, ainda nesse processo da colonização, na resistência negra e, de repente, com os pobres, camponeses que migraram, que foram trazidos para cá e criaram esse caldeirão em que a reforma agrária esteve muito presente. Então nós bebemos dessa fonte. E dentre as várias pistas que foram dadas nos períodos anteriores da luta pela reforma agrária, uma delas era esse elemento da autonomia: ser um movimento autônomo em relação a partidos, igrejas. Respeitando a nossa origem, claro, mas nós tínhamos um limite na relação com a igreja. Nós tínhamos um limite em relação ao partido. Nós tínhamos um limite em relação ao movimento sindical. Porque nós tínhamos que ser um movimento que tivesse essa autonomia

CC BY

de decisão sobre aquilo que nós considerávamos ser nossas linhas prioritárias. Ser um movimento nacional, deixar de ser movimento local, regional, pra se constituir nacionalmente, sobretudo após o massacre de Eldorado dos Carajás.

A segunda coisa é que a reforma agrária cabe na Constituição brasileira. Então tem que ser pautado para o Estado, governos, essa tarefa de implementar. Embora tenha um sentido de uma radicalidade, em um país que negou o direito de reforma agrária. Mas não é uma revolução agrária que nós estávamos nos referindo. Nós estávamos falando como reforma, que cabe nos limites e parâmetros do Estado brasileiro. E que bom, né? Porque imagina fazer ocupação de terra e nós termos o reconhecimento de que sujeitos coletivos, que fazem a luta pela terra, não é esbulho, é um direito, e que a Constituição tem que reconhecer como uma ação, autônoma, radical, mas que questiona o papel, a função da terra, da propriedade privada, da destinação, quando ela não cumpre a sua função. Então, gente, isso é extraordinário, porque nos legitimou em relação à tentativa de associar a luta pela reforma agrária a ações terroristas, como hoje tentam nos impor.

Por fim, para responder à sua pergunta, que eu não me perdi, sobre esse sentido da família. Não é coisa só do MST. Quando você analisa a propriedade, a lógica de organização camponesa, a família tem uma função dentro da organização de uma pequena e média propriedade rural. Nisso está essa dimensão de incorporar a família, no sentido de que ela não é uma luta só dos homens, ela tem que ser a luta dos homens, das mulheres, das crianças, dos idosos, e todo mundo pode cumprir uma tarefa nessa organização da propriedade, a pequena propriedade. Mas de repente, aí eu conecto com outra coisa que eu queria dizer, que é o território. O assentamento, na nossa perspectiva, não é apenas um espaço de realização econômica. Do ponto de vista de produzir alimentos, ir para o mercado, vender, etc. O assentamento tem, obrigatoriamente, que ser um espaço de cultivo de afetos. Como é que você cultiva afetos se você não tem famílias instituídas dentro daquele território? É limitado.

E isso contribuiu para a gente diferenciar esse momento de outros períodos históricos. Por exemplo, o período da luta posseira que, pelo menos aqui na Amazônia brasileira, foi muito presente. A luta posseira se caracterizou muito por isso: reunião de homens, sobretudo homens, que usando de métodos próprios, de defesa do seu território, enfrentavam o latifúndio. Então, era o fazendeiro de um lado com os seus jagunços e os trabalhadores posseiros, de outro, através das armas, defendendo seu pedaço de terra. Ali, a presença das mulheres era quase inexistente. Quando elas iam, já tinham se passado meses, anos, até conseguir conquistar a terra. E nós invertemos essa lógica.

Ainda na luta pela terra, evidentemente incorporando outros elementos e métodos de ação, (incluímos) a família. A ideia da família foi fundamental para a gente abrir um território para além da produção agrícola. Um exemplo: a necessidade da escola. Se fosse uma ocupação só de homens, não teria necessidade da escola, como tem hoje dentro de um acampamento do MST, né? A gente até costuma dizer: depois do barracão de reunião, a primeira coisa que as famílias acampadas fazem é uma bendita escola. É mapear quantas crianças, qual é a faixa etária, o

CC BY

nível de escolarização, identificar entre os acampados quem tem experiência de alfabetização, e possa ser incorporado ao setor de educação dentro do acampamento. De repente, por ter idosos, crianças, a saúde vai ter que funcionar. Porque crianças estão mais suscetíveis a gripes, viroses e outros tipos de problemas de saúde do que um adulto. Então, a família acabou instigando o MST a incorporar outras dimensões à luta pela terra, da conquista da terra.

Então é essa dimensão do assentamento, ou o próprio acampamento mesmo, ser esse território em que você instiga múltiplas dimensões para envolver as pessoas e também dar respostas concretas a um território que já começa complexo.

Igor

Geralmente, para quem está de fora, a face mais visível do movimento são as ocupações e os acampamentos. Mas os assentamentos têm uma importância para justamente ir reforçando o próprio movimento, inclusive para trazer gente, que estava de fora, para dentro. Através desses laços familiares.
Ao mesmo tempo, nesses últimos anos, a gente tem visto uma queda no número das ocupações, em termos nacionais. Isso pode variar segundo a região. A gente tem visto também, por parte do MST – eu não sei qual é a avaliação que você faz – uma ênfase no que os assentamentos fazem, produzem. Uma ênfase na permanência na terra, para além do acesso à terra. Então, a gente queria saber se você percebe isso, se também tem essa leitura e como avalia isso?

Ayala

A academia, muito insistentemente, tem dito para nós, com dados, e que é importante – que houve essa queda de ocupações. Nós não somos negacionistas. A gente respeita as pesquisas e as referências científicas sobre o campo e a realidade agrária e agrícola do nosso país.

Comparado aos anos 1990, de fato os anos 2000 até os dias atuais, você vê uma oscilação e uma caída no número de ocupações. Em 1996, nós tivemos (o massacre de) Eldorado dos Carajás; em 1995, nós tivemos (o massacre de) Corumbiara. E Eldorado escancarou ao mundo o que representa a verdadeira guerra da luta pela reforma agrária. Na época, nós tínhamos um governo que, mesmo de direita, se preocupava com a opinião internacional acerca do Estado violador de direitos humanos, direitos dos camponeses, das camponesas, que ampliou massivamente o acesso a políticas públicas.

Nós estamos falando de assentamentos que saíam em menos de 2 meses depois de ocupado, de você ter linha de crédito como o PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária). Ô saudade do PROCERA! Você teve acesso à política da educação na reforma agrária, assistência técnica. Então, havia um caldo de atuação do Estado, no que se refere a políticas públicas, que incentivou o que nós chamamos desse processo de ocupações de terras no Brasil. Os pobres do Brasil viram essa possibilidade de resgatar a dignidade mínima fazendo a ocu-

CC BY

pação de latifúndios. Então, não só pelo MST, mas todos os outros movimentos que antecedem o MST – que nem tinham a ocupação como mecanismo de luta –incorporou a ocupação como um elemento de conquista de terra. Porque viu aí um campo fecundo de conquista de território e de dar condições dignas para milhares de brasileiros que estavam sofrendo os efeitos do neoliberalismo no Brasil. Não esqueçamos disso. Nós vivemos um momento em que os direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, as condições de existência estavam se pondo muito difíceis.

Então, se comparar esses anos aí, de fato nos 2000 você vê um processo de caída das ocupações – com exceção, evidentemente, do primeiro ano do governo Lula, em 2003, que é aquela coisa: "se eu tiver uma oportunidade, quando presidente do Brasil, uma única!, eu vou fazer a reforma agrária". O Lula não tem noção do que foi isso no imaginário social que depois deu um segundo salto. Depois de FHC, foi, acho, o segundo momento de ocupações de terra.

Gostaria de chamar atenção da academia para o fato de que não é que os movimentos ficaram pelegos, que eu já escutei isso de alguns. É porque a reação dos camponeses, organizados por movimento de luta pela reforma agrária, também é muito associada à capacidade do Estado em oferecer condições de acesso à reforma agrária. Aí eu associo ao que é o limite hoje. Imagine você manter acampamentos de reforma agrária em que você está, primeiro de tudo, sujeito ao elemento da violência. Hoje a gente fala do "Invasão Zero", mas anos atrás eram os jagunços. O jagunço, depois, passou a ser o jagunço autorizado pela PF para atuar: as empresas privadas de segurança patrimonial.

Depois, o Estado negou o direito da reforma agrária, mesmo previsto na Constituição. A reforma agrária fugiu da centralidade política. E estamos falando, em média, de ocupações que levam dezoito a vinte anos de existência para, muitas vezes, terem como resultado, não a conquista da terra, mas uma ação de despejo, que só foi suspensa no contexto da pandemia por uma articulação que fizemos, uma judicialização (no STF). A única resposta que o Estado deu para quem fez a ocupação foi o despejo. Ou seja, negação em nível máximo do direito dos sujeitos de, se não obtiverem a condição da terra, pelo menos permanecerem aí. Então, como é que você quer manter uma ascensão de ocupações de terra em um contexto de negação?

E aí, associado ao que foram os governos do PT, que assumiram a partir de 2003, temos uma política de não entregar as condições de pescaria para o indivíduo, mas de entregar o peixe, né? Porque quando você fala em programas – e com isso eu não estou dizendo que está errado, viu, gente? – de oferecer massivamente Bolsa Família, gás, etc., você entregou o peixe e muitas pessoas, considerando as outras impossibilidades de avançar na conquista da terra, do território e da reforma agrária, de certa forma se conformaram com essas políticas aí. Então tudo isso pesou para a gente compreender os limites que foram as ocupações.

Os acampamentos cumprem uma função de pressão sobre o Estado para assentar famílias e, de quebra, são a nossa frente máxima, porque são nosso mecanismo de questionar uma realidade de extrema concentração de terra no Brasil.

CC BY

Os assentamentos ganham uma outra dimensão. É isso que vocês já mencionaram. É a terra conquistada. E é a terra que tem que apresentar um grande diferencial em relação ao poder hegemônico do agronegócio no campo. E aí, também existe um desafio que existe para a gente. Não está difícil apenas com os acampamentos. Evidentemente o desafio de garantir a segurança de todos e de todas as famílias que vivem nos acampamentos não é um exercício fácil. Mas nos assentamentos ter de criar, nas condições que a gente tem, um modelo que se diferencia do hegemônico, do agronegócio não é um exercício fácil. Porque a política pública, ela não vem na sua concretude, na urgência e no tempo necessário, né? É muito limitado o acesso à política pública, à estrada (por exemplo).

São condições fundamentais para você pensar um território: a estrada, a escola, o posto de saúde. Às vezes o Plano Safra sai e (há) a liberação de créditos quando passa o calendário agrícola. Assistência técnica não existe. Então são muitas coisas que impedem esse assentamento de exercer plenamente as suas condições daquilo que a gente poderia dizer: "olha, nós temos, na concretude, realidades que se contrapõem à lógica do agronegócio, que podem enfrentar as contradições que o modelo coloca". E aí eu saio chamando atenção disso. Essa ausência do Estado nos provocou a pensar, por nós mesmos, alguns desafios. Que aí entra o que nós, nos últimos catorze anos, temos debatido sobre a reforma agrária popular, um campo aí enorme para reflexão.

Nashieli

Queria fazer uma pergunta a partir dessa crítica da militância do movimento sobre as políticas públicas oferecidas, esses dons do Estado, porque, justamente, pelo menos aqui em São Paulo, as mobilizações esvaziaram. A gente teve nesse ano (2024) a proposta desse programa "Terra da Gente" do governo federal. A gente queria lhe ouvir um pouco sobre esse programa do governo, que passa também pela adjudicação de terras: facilita essa transferência de propriedades, de proprietários endividados para a União; em tese facilita essa transferência para a criação de novos assentamentos. Como o movimento vê essa ação do Estado?

Ayala

Essa é uma boa pergunta. Assim, primeiro, acho que é importante a gente reconhecer a importância de o governo querer apresentar uma política concreta, um programa, como já foi mencionado, retomando essa pauta da reforma agrária que estava de 2016 para cá totalmente bloqueada. Há uma importância que acho que a gente precisa reconhecer, porque reacende novamente dimensões, esperanças, de que a gente pode dar destinação a terras e retomar uma perspectiva de reforma agrária.

Mas a gente tem visto alguns limites do programa "Terra da gente".[3] E um dos limites seria: o governo quer ao mesmo tempo identificar terras públicas ainda sem destinação e destiná-la para reforma agrária e identificar as terras dos gran-

3 Em 15 de abril de 2024, a presidência da República publicou o Decreto nº 11.995, que instituiu o programa "Terra da Gente", que dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária. O Programa tem como finalidade dispor sobre as alternativas legais para a aquisição e a disponibilização de terras para a reforma agrária, de forma a promover o acesso à terra, a inclusão produtiva e o aumento da produção de alimentos. Para mais informações ver https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11995.htm

CC BY

des devedores e destiná-las para a reforma agrária também. Assim eles têm o que eles chamam lá de uma prateleira de terras. Mas essa prateleira de terras não enfrenta, na sua totalidade, aquilo que, na nossa concepção, enquanto projeto político, precisaria ser enfrentado, que é a realidade da concentração da terra. E (não enfrenta) os efeitos perversos que o modelo do agronegócio tem provocado, não afetando só os camponeses, mas a sociedade brasileira.

Então, não há uma ação, uma proposta concreta contra o latifúndio que pratica grilagem, trabalho escravo, crimes ambientais, desmatamento, enfim, todas essas coisas que são uma realidade muito presente no campo brasileiro. Está intocado. Aí o governo faz a opção de retomar essas outras (terras) na ideia de não enfrentar (o latifúndio). O que para nós é fundamental e extremamente contraditório no campo brasileiro. Então esse é um limite que a gente tem visto.

O segundo limite é que o que está sendo oferecido nessa prateleira de terras não dá conta de um passivo existente no campo brasileiro, de famílias que hoje vivem nos acampamentos espalhados pelo Brasil inteiro. Majoritariamente, a política do governo vai ser para regularizar. Para assentar novas famílias vai ser (um número) muito pequeno. Eles estão identificando ainda onde é que estão essas terras, por exemplo, dos grandes devedores, o que é que eles vão conseguir resgatar para destinar. Mesmo assim, não resolve o que seria esse passivo. Só do MST nós estamos falando em mais de 60 mil famílias que estão acampadas no Brasil inteiro. E são ocupações – o Igor conhece várias aqui – como a "Dalcídio Jurandir", que é de 2008. É uma área que não entra na prateleira do governo porque a ocupação se encontra em um latifúndio desmatador, que praticou trabalho escravo e, pior, roubou do povo brasileiro, porque a compra das terras que houve aqui foi na época do banqueiro Daniel Dantas, não sei se vocês lembram dele. Trata-se do Grupo Santa Bárbara. Os caras concentram mais de 43 fazendas no sul e sudeste do Pará, tudo resultado do dinheiro desviado naquela época pelo Daniel Dantas[4]. Não tem uma dessas lá no programa do governo para resgatar e destinar. Não tem perspectiva, dentro do programa, para resolver o problema das famílias do "Dalcídio Jurandir", que está desde 2008 ocupado e que já teve vários mandados de despejos e que está na lista, assim como centenas de outras famílias no sul e sudeste do Pará, com risco de serem despejadas a qualquer momento. E só estão ali seguradas pela ADPF 828[5], que suspendeu os despejos, e pelo nível de pressão que as organizações e as famílias têm feito com o governo do estado (do Pará) para dizer que despejar é só para ampliar conflito na região. Então, o governo meio que suspendeu, com medo do que seriam os efeitos desses despejos.

Então, Nashieli, esse acho que é um limite concreto, dado, que a gente precisa tratar. Além das 60 mil famílias vinculadas ao MST, há de outros movimentos. Eles disseram que existem mais de 110 mil famílias, no cadastro oficial do INCRA, de famílias acampadas que precisam ter acesso à terra. E não são ocupações do ano passado para cá, que é o compromisso do "Terra da Gente". O governo disse: "Ó, nós temos compromisso com essas novas famílias". E aí nós temos falado: "sim, e as famílias que não foram no governo Bolsonaro que foram para o acampamento? Nós estamos falando dos outros mandatos de governos do próprio Partido dos

4 A entrevistada faz referência aos crimes de lavagem de dinheiro investigados pela Polícia Federal na operação Satiagraha, que teve o banqueiro Daniel Dantas, preso em 2008 no quadro dessa operação, como um dos principais indiciados.

5 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 828 foi uma medida proposta em abril de 2021 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no contexto da pandemia de Covid-19. A medida suspende despejos, desocupações ou remoções forçadas, judiciais ou administrativas.

CC BY

Trabalhadores. Então, o que é que nós vamos responder? Que o compromisso do governo é só com as novas ocupações, com as novas famílias?

Nós vamos ter que fazer esse ajuste aí, porque a trajetória da luta pela reforma agrária feita pelos movimentos foi enfrentar o que existe de concentração de terra e de grandes latifúndios que desrespeitam aquilo que está previsto na Constituição. E o governo tem buscado trilhar um caminho que é de fazer concertação, de apresentar uma perspectiva de reforma agrária que não enfrenta isso que esteve na gênese da atuação dos movimentos.

Fico feliz de o governo tentar fazer um trabalho hercúleo, conjugado aí, para reconhecer (a necessidade da reforma agrária). A gente sabe que eles mobilizaram, não só o INCRA, o MDA, mas eles mobilizaram o próprio Ministério da Economia, que nunca tratou do tema da reforma agrária, para encontrar quem está devendo à União. Trouxeram a Casa Civil para vir para o debate, para saber onde encontrar recursos. Foram na SPU (Secretaria de Patrimônio da União) para tentar identificar onde existem terras públicas. Enfim, houve um esforço muito grande por parte do governo em conjugar esses diferentes ministérios para tratar do tema da reforma agrária. Então, para não dizer que eu sou só da crítica, quero dizer que houve esse esforço, mas ele não é suficiente.

Igor

Você mencionou o passivo que existe de diversas ocupações que vêm se estendendo ao longo do tempo. Às vezes, mais de dez anos esperando uma solução que não vem. E um programa recente como o "Terra da gente" também não propõe diretamente soluções para essas famílias. Diante disso, há muitos desafios postos no dia a dia do movimento para poder "segurar os acampamentos", essa expressão que a gente ouve muito em campo. Então, a primeira pergunta é: que estratégias vocês vêm adotando para poder "segurar" esses acampamentos durante tanto tempo? E, junto a isso: você ou outras pessoas do movimento têm notado uma mudança no perfil das pessoas que têm participado das ocupações e dos acampamentos?

Ayala

Bom, sobre essa pergunta do perfil, evidentemente, nós temos um perfil diferente hoje das famílias que vivem nos acampamentos no Brasil inteiro. E é muito fruto dessa desconstrução proposital do espaço agrário brasileiro, no contexto da revolução verde, que se aprofundou com o agronegócio, o qual incentivou o processo massivo de migração de sujeitos do campo para as cidades e criou esse caos que é, hoje, muitas cidades no nosso país. Então, de repente, essas famílias que estavam há uma geração ou duas, na cidade, e voltaram para o campo através da luta pela reforma agrária, vão vir com um sujeito muito diferente daquele que caracterizou, anos atrás, o campesinato brasileiro. Então é uma mudança, resultado de um equívoco que foi o projeto de desenvolvimento do capital no campo, que expulsou massivamente as pessoas para as cidades.

CC BY

No passado, isso era inclusive uma crítica que nós recebíamos dos nossos inimigos que estão no parlamento, que estavam no governo, ao afirmarem que as pessoas que estavam nos acampamentos e, possivelmente, nos assentamentos, não tinham perfil para serem agricultores ou agricultoras. Muitas vezes nós escutamos essa crítica de que nós agrupávamos pessoas que não têm habilidades para lidar com a terra e o campo, como se isso não pudesse ser um processo de aprendizagem e de uma relação direta. Ou como se todo grande fazendeiro soubesse lidar com a terra. Eles usam a terra para especulação! Como a gente brinca aqui, acham que macarrão já nasce pronto.

Então acho que essa é uma realidade, a mudança do perfil. Mas nós acreditamos muito que os sujeitos podem, nessa relação com a terra, nessa relação com o território, na reaproximação, através de pedagogias e práticas, reaprender a lidar com a terra e fazer dela novas formas de existência da vida. Nós temos muitos exemplos de pessoas cujo pai teve a memória de, na infância, viver no campo, ter sido expulso, ido para a cidade, com os filhos crescendo na cidade, e quando voltaram para a ocupação foi como resgatar uma memória, e os filhos reaprenderam a lidar com a terra e criaram esse laço. Esse laço afetivo com a terra e com o território. Embora alguns não consigam fazer isso. Há múltiplas realidades que a gente precisa tratar quando a gente fala dessas mudanças de perfil.

Sobre essa perspectiva que você falou, da ausência do Estado, da perspectiva de não termos, de forma imediata, como manter as famílias nos acampamentos. Como manter, né? Essa é uma pergunta permanente que a gente tem feito, Igor. A gente sofreu os impactos do que foram as negações de acesso à política pública no último período (do governo Bolsonaro). Teve acampamentos que sofreram esvaziamentos. Mas não foram os esvaziamentos que desconstruíram, na sua totalidade, todo o território. Tivemos que criar outros mecanismos, como o agrupamento de territórios. Então, dois acampamentos se transformaram em um, reabrimos trabalho de base para as novas famílias e pensamos, junto às famílias que resistiram nos acampamentos, o que seria necessário a gente ir construindo para dar condições mínimas de existência, considerando que não estava no cenário uma perspectiva de resolução imediata das suas vidas.

E se tem um exemplo do "pensar por nós mesmos mecanismos de existência", acho que a produção de alimentos foi uma novidade nos acampamentos de reforma agrária no Brasil. E muito por isso: de repente, quando o governo disse "não tem política pública", não teve acesso à cesta básica. Então a fome era concreta, presente ali. Nós tivemos que dizer: "gente, nós dominamos, um determinado período, uma parte do território, então, como a gente se organiza para ampliar a conquista de território, nos territorializar na fazenda, ir tirando por nossos próprios meios, gradativamente, o latifundiário e ampliando os nossos espaços de produção?". Incentivamos que os assentamentos já consolidados mandassem subsídios necessários, de sementes, de adubação. Trouxemos os técnicos, ora dos nossos espaços, mas também outros que convidávamos: "Ó, precisamos de apoio técnico ali para essa turma produzir". Inicialmente, para garantir a subsistência, mas depois isso virou referência para a comercialização de produtos. E hoje nós te-

mos acampamentos que vivem da produção agrícola nesses territórios. Inclusive, mesmo sem a gente ter a intenção, ajudou a gente a suspender ações de despejos.

Nós tivemos que levar juízes, dizer: "Olha, essa ocupação, ela tem dezoito anos. As famílias já melhoraram os seus barracos. Não é barraco de lona preta, são barracos com madeira, já implantou banheiro, já cavou o poço, já melhorou as condições. O que antes era pasto, hoje temos uma pequena agrofloresta. Já tem uma escola, senhor juiz, reconhecida pelo município, que tem o número X de alunos". Então isso impediu determinados despejos. Teve um despejo que nós conseguimos suspender, em que o juiz se convenceu não pela escola, ou pela produção das famílias, ou pelas criações de animais ou porque tinha idosos, cadeirantes e crianças naquele território, mas porque tinha uma igreja lá. Tinha duas evangélicas e uma católica nessa ocupação. Tinha dezoito anos essa ocupação.

Pensar a produção agrícola dentro de um acampamento, de um território não conquistado, foi um desafio que eu acho que nos ajudou a sobreviver e a suspender, em alguns casos, despejos. Em outros casos, nem tanto. O que nos dói mais, porque de repente você vê tratores entrando e acabando com toda a produção que aquelas famílias levaram meses, anos, para fazer, como foi o caso do acampamento "Hugo Chávez", onde as famílias já produziam farinha, que abastecia as feiras da "Folha 28" e do bairro Laranjeiras, em Marabá. E que, em menos de uma semana, o latifúndio e o Estado, porque eles trabalham juntos pra limpar a área, derrubaram toda a estrutura que as famílias ali tinham colocado e jogaram capim. Em três meses, quem nunca foi ali no "Hugo Chávez" nunca saberia que ali houve um acampamento com mais de 260 famílias. E que produzia, tinha um plantio enorme de mandioca, assim como tinha vários pés de frutas já plantados, porque é bem prática dos camponeses. Bota ali um pé de manga no quintal, um de goiaba e quando vai ver a agrofloresta já está montada, né?

Outra estratégia que ajuda a "segurar" os acampamentos são as oportunidades da educação do campo. O PRONERA é um programa para os assentados, para os beneficiários da reforma agrária. Mas nós conseguimos trabalhar para que o programa atenda os que vivem nos acampamentos há quinze, dezoito anos. São sujeitos que têm muita vontade de ter acesso à terra, então não vão voltar atrás. Eles têm essa necessidade de ser beneficiários. É essa ideia de os acampados também poderem ir para os cursos de nível médio, pós-médio, superior, dando acesso à educação do campo para esses sujeitos. Então, de repente teve uma acampada, lá do (acampamento) "Frei Henri" que hoje é médica, atuando nos postos de saúde da cidade de Parauapebas. Filha de acampada. E até hoje o "Frei Henri" é acampamento, apesar dos anos de resistência. Tem outros que fizeram o curso universitário de educação no campo aqui na UNIFESSPA e trabalham hoje na escola do acampamento Domingos Martins no "Dalcídio Jurandir".

E a terceira (ação para "segurar" os acampamentos), que eu arriscaria dizer, porque eu presenciei isso no contexto da pandemia, e não só aqui no Pará, é a gente trazer a sociedade para conhecer os acampamentos. Como se fosse uma reprodução dos estágios de vivência, que eram muito voltados para estudantes universitários, sobretudo das agrárias, que vinham para os nossos territórios vi-

CC BY

venciar o dia-a-dia de uma ocupação ou assentamento. Convocávamos as pessoas: "Conhece o acampamento de reforma agrária? Vai ter uma festa da comunidade". Então muitos aliados, pessoas que nunca tinham pisado em um acampamento, vieram. E a produção dos alimentos para as doações, né? Muitos mutirões chamando as pessoas, dizendo "ei, tu acha bonito o gesto do MST, de doar cestas nas periferias? Então venha pro acampamento que hoje nós vamos fazer um mutirão para ampliar a área do plantio das hortaliças".

Nashieli

Você mencionou que sempre houve uma abertura, sobretudo nos governos do PT, para um diálogo com o Estado, que não houve durante o governo Bolsonaro, porque, como você disse, "ele nos elegeu como inimigos". Então eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre essa interação do movimento com órgãos estatais do Executivo, do Legislativo, e do Judiciário. É uma tarefa que o movimento faz recorrentemente. Queria que você falasse um pouco mais sobre isso e emendo com uma outra pergunta: o MST promoveu um encontro na semana passada (9 de julho de 2024)[6] na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) para tratar do lançamento de candidatos do movimento nas eleições municipais e impulsionar essa estratégia.

6 Cf. em: https://mst.org.br/2024/07/09/reunindo-mais-de-250-pre-candidatos-mst-inicia-encontro-de-preparacao-para-as-eleicoes-municipais/

Ayala

Vou começar no ponto do governo Bolsonaro. Não é apenas ele ter eleito o MST como inimigo. O ato dele de negar um direito, como ter acesso à reforma agrária, foi muito mais duro do que dizer que o MST é terrorista. Não temos grandes expectativas de um governo que elegeu o povo brasileiro, e sobretudo os mais pobres, como os seus inimigos. Porque não foi fácil para os pobres que vivem nas periferias do país enfrentar a legitimação de que a polícia poderia agir do jeito como quisesse nas periferias, exercendo a violência sobretudo contra jovens, pretos, pobres das periferias. Um governo que incentivou o avanço do garimpo ilegal, do desmatamento em terras tradicionais indígenas, provocando cenários que nos doem muito. Todo mundo mencionou os Yanomami, mas olhemos para outras aldeias espalhadas pelo Centro, pelo Sul deste país, onde ocorreram cenas tão doloridas de subnutrição, de doenças, de assassinatos. Os povos quilombolas também. Mais do que os sem-terra, os quilombolas foram mais assassinados no último período, no campo brasileiro, sobretudo na Amazônia e no Nordeste. Então acho que é para a gente não particularizar (só com os sem-terra).

Quando houve a posse do Bolsonaro, teve vários aliados muito preocupados com a segurança do MST que vieram oferecer asilo para o movimento. "Olha, tomem cuidado, vocês serão os inimigos". Mas ao mesmo tempo que fechou a porta do governo federal, teve várias outras portas que se abriram. No campo dos municípios, de governos dos estados que foram parceiros ali nessa construção, mesmo limitado no município ou no estado, de políticas de reforma agrária que ajudou a gente a sobreviver, nesses anos duros do governo Bolsonaro. Então acho

CC BY

que seria importante tratar disso.

E talvez essa nossa segurança muito de que em 40 anos de existência do MST nós vivemos vários governos. Essa região aqui (Pará) foi muito monitorada (durante a ditadura) pelos militares, e o MST assim como a CPT e outras organizações, foram alvo do serviço de espionagem das forças armadas (mais recentemente). Tem relatórios da ABIN que citam dirigentes históricos da MST. Nós tivemos acesso, não tem muito tempo, sobre como eles descreviam as ações, os acampamentos e os dirigentes, coordenadores dessas ocupações da luta pela reforma agrária. Então vivemos o período do Bolsonaro, vivemos os períodos duros da direita, do neoliberalismo, de Fernando Collor, que foi extremamente violento contra a luta pela reforma agrária contra o MST, de FHC.

Pegamos os anos do governo Lula, que foram anos de diálogo. É importante considerar isso. De acesso a muitas políticas públicas que cresceram para viabilizar os assentamentos, mas tivemos poucos avanços no que se refere às famílias que ainda estavam lutando pela terra na reforma agrária. Mas foram anos importantes que nos ajudaram a consolidar muitos instrumentos, como as cooperativas e tornar o MST hoje referência em várias cadeias produtivas. As pessoas sempre falam do arroz, mas nós dominamos mais outras treze cadeias produtivas dentro dos nossos territórios. Da produção do cacau do extremo sul da Bahia, ao café do Espírito Santo, de Minas Gerais e São Paulo, ao leite da região do Pontal do Paranapanema e parte do Paraná. E agora queremos consolidar a fruticultura aqui, pegando a Amazônia, Minas Gerais. Nos preocupamos em saber, apesar de Bolsonaro, como a gente poderia ir consolidando, mesmo no âmbito local, essas conquistas pra gente passar esse ciclo. E nós sabíamos que nós iríamos passar o Bolsonaro. A gente sempre reafirmava nas nossas análises. Eles passarão e nós vamos permanecer. Nós vamos permanecer organizando o povo. E que bom que foi em quatro anos, embora a ameaça esteja muito presente na sociedade brasileira e nós vamos ter o primeiro baque nas disputas municipais. A gente tem já feito essa leitura.

E aí eu faço um link de como é que nós entramos nesse debate feito na ENFF. É novo, Nashieli, para o MST, esse debate, de sairmos de uma organização que atua apoiando candidatos do nosso campo popular, dos partidos de esquerda, para nos colocarmos na disputa, sendo os próprios candidatos e candidatas. Nós tínhamos experiência anteriores, muito isoladas. Nós tivemos deputados. Começou pelo Rio Grande do Sul, né? O velho Adão[7], como a gente fala, o Adão pai, que foi o primeiro parlamentar, deputado federal sem-terra no Congresso e que foi fundamental para levar a pauta do campo. Na sequência nós tivemos deputados da Bahia, do Sergipe e também do próprio Rio Grande do Sul, deputados que são assentados da reforma agrária e são do MST e que tiram licença da condição de sem-terra para serem deputados. Então nós temos essa realidade. Em várias cidades do país nós temos vereadores e vereadoras que são assentados da reforma agrária, que ocuparam latifúndio no passado, se tornaram assentados, presidentes de cooperativas, e depois viraram vereadores. Desse ponto de vista, não é novo.

Só que eram casos isolados em que, majoritariamente, a nossa característica

7 Refere-se a Adão Pretto, que foi deputado estadual e federal pelo PT pelo Rio Grande do Sul. "Pretto despontou como uma liderança expressiva do movimento camponês no interior do Rio Grande do Sul. Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituições ligadas à Igreja Católica. Presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí antes de seguir carreira parlamentar". Cf. em https://mst.org.br/2015/12/11/semana-adao-pretto-celebra-memoria-do-deputado-um-dos-fundadores-do-mst/

era de sempre ter apoiado. E coisa que a gente sempre se orgulha: nós nunca apoiamos partido de direita e nem de centro. Embora a gente dialogue com eles. Sempre foram partidos no âmbito majoritariamente do Partido dos Trabalhadores, mas depois com as várias outras criações. Nós temos gente que apoia e tem uma relação com o PSOL, tem outros mais antigos que têm relação com o Partido Comunista. Então nós temos uma base mais sustentada ali, com boa parte do campo popular e estão ali relacionadas com o Partido dos Trabalhadores. E onde é que se deu a transformação?

Eu acho que foi sobretudo nesse período em que o MST se colocou mais na relação com as cidades, ampliando a nossa luta, para além da luta pela terra e para além da luta pela reforma agrária. Luta em defesa da democracia, pela liberdade do presidente Lula, da democracia, trazendo as pautas urbanas de direitos mais amplos dos sujeitos. Então sempre está lá o Movimento Sem Terra. Os professores lutando? Tem um sem-terra no meio. Então, incorporamos um acúmulo político e organizativo que ampliou o nosso leque de atuação e fez com que fosse um processo natural de se perguntar: "por que não incidirmos num espaço institucional, sobretudo um espaço em que a extrema direita se entrincheirou também?". Então, de fazer a disputa. E a gente sabe que não resolve, mas dá um equilíbrio melhor termos sujeitos nesses espaços fazendo a defesa do nosso projeto.

Então, depois de quarenta anos de existência, e enxergando alguns companheiros e companheiras, nós os temos desafiado aí a se lançarem. Tivemos alguns êxitos aí no lançamento das candidaturas e temos percebido que tem sido uma voz muito importante não só para a defesa do MST e da reforma agrária, mas os deputados sem-terra têm sido em outras pautas dos setores populares. Não é que nós vamos inventar a roda. Nós estamos pensando em nos somar, qualificando ainda mais esse grupo de resistência popular dentro do parlamento. Vamos agora para as disputas municipais e, posteriormente, nas esferas mais federais e estaduais no próximo pleito.

Estamos ainda avaliando, não posso apresentar nenhuma conclusão para vocês, porque é novo isso para a gente, (de lançar candidaturas) de forma mais deliberada. Mas nós estamos muito atentos. E o que foi a expressão, só para encerrar, desse encontro que houve ali? Se vocês vissem a programação, é um baita programa de formação, né? E não ficou limitado à pauta da reforma agrária. Foi um programa bem amplo de formação desses companheiros e companheiras, pré-candidatos e candidatas. A gente chamou atenção do risco da burocracia. O Estado é destruidor de organização popular, a gente sabe disso. É da natureza do Estado ser um instrumento de fortalecimento do projeto hegemônico. Nós temos clareza dos limites do Estado e isso não está descolado dessa nossa decisão de entrar na disputa institucional. O risco, sempre muito presente, de ser engolidos pela lógica de organização do Estado. Mas a gente sempre provocou muito os nossos companheiros durante esses dias: "Olha, vocês têm que ser portadores de um novo projeto. E aí você só pode ser portador de um novo projeto se você não perder as suas raízes. E as raízes é isso, é o nosso termômetro, é o território, é o povo, é as pessoas, é a coletividade – nós falamos assim – vocês não podem perder

CC BY

a coletividade".

Então isso que é de certa forma o desafio quando a gente repensa a organização de parlamentares vinculados ao nosso projeto popular, de que eles nunca abram mão da coletividade como esse termômetro do que tem sido as suas ações, mas, sobretudo, de projeção daquilo que é necessário pro povo. É preciso repensar a participação social, para além das enquetes virtuais.

Talvez daqui a quatro anos, quando vocês forem fazer um outro trabalho, a gente pode falar se foi um acerto ou uma aposta equivocada nossa, enquanto movimento, de termos insistido nessa nossa atuação institucional. E eu posso até reafirmar isso: se a gente vê que tem sido equívoco, a gente pode recuar, como nós já fizemos em outras dimensões do movimento. Vai ser um processo bem interessante de aprendizado coletivo sobre a nossa participação.

Igor

Ayala, a gente está se encaminhando já para o final da entrevista. O MST é um movimento que trabalha na defesa do direito dos camponeses mas o próprio movimento traz no seu título: um movimento de trabalhadores rurais sem terra. A categoria "trabalhador rural", que ficou consagrada no Brasil, é uma categoria jurídica. Então queríamos ouvir de você um pouco mais como tem se dado dentro do próprio MST a mobilização da categoria "camponês". Se isso vem, inclusive, da participação em outros fóruns, como da Via Campesina. Porque o termo "camponês", vamos dizer assim, é um termo de maior circulação na América Latina. Em outros países se fala mais facilmente, reivindica-se mais facilmente essa identidade de campesino, camponês. Mas no Brasil, não é tão óbvio. E aí eu queria aproveitar e lhe perguntar sobre a adesão a esse termo, "camponês". Porque a gente sabe que outras categorias, como agricultor, produtor ou pequeno agricultor podem estar em circulação (entre os sem-terra)

Ayala

Bom, eu acho assim, o termo "camponês" está muito vinculado a uma raiz que a gente nunca negou. Que é um recorte político-ideológico do movimento. Nós temos uma geração, temos um movimento que tem clareza de qual projeto de sociedade ele acredita. E o nosso projeto é de transformações profundas na sociedade. É de destruirmos, quando nós tivermos... ainda no presente, mas como projeto de futuro, esse sistema hegemonizado pelo capitalismo. Nós temos clareza disso. E nós não nos envergonhamos de afirmar o socialismo como esse projeto que se contrapõe e que pode se contrapor ao hegemonismo do capitalismo. Então acho que o sentido "camarada" vem muito dessa raiz que a gente bebe e que está, evidentemente, na formação política, ideológica, da nossa coordenação, da nossa militância e tudo mais. É como a gente usa o termo "camaradas". E muito me incomoda quando nós temos um representante no parlamento ou na presidência que chama "meus amigos e minhas amigas". Não consegue mais chamar de companheiros e companheiras. Então a gente tem esse vínculo de ir ao encontro dessa

CC BY

raiz histórica de organização, da classe trabalhadora, de esquerda, buscando isso aí. E como você mencionou, nos conecta a outros processos que se diferenciam dessa construção do MST aqui no Brasil.

E nós somos sujeitos internacionalistas na nossa formação, não simplesmente por estarmos vinculados à Via Campesina, mas também à CLOC, que é a Coordenação Latino-Americana de Organizações Campesinas. Mais recentemente, agora nós temos incentivado a Articulação Internacional dos Povos. Então assim, nós estamos incorporando, na nossa prática aqui, isso que nos conecta a outros processos. E camponeses, campesinos e campesinas é o que identifica esses países e que a gente meio que foi incorporando. Se você olha as normas gerais do MST, pega lá o nosso caderninho vermelho, que foi muito perseguido nos anos 90 aí pelos nossos inimigos, lá nas últimas páginas, nós falamos dos objetivos, a natureza do MST, e nisso tem lá quem são os sujeitos que a gente articula e está lá: trabalhadores e trabalhadoras. Aí a gente especifica, inclusive: são os meeiros, os arrendatários, os sem-terra, os pequenos agricultores. Nós temos essas múltiplas realidades e seria muito contraditório da nossa parte falarmos, tentarmos enquadrar essa multiplicidade de realidades numa única categoria, né? Se a gente for ver extrativistas, comunidades ribeirinhas, os sem terras de fronteira, a gente até chama sem-terra de fronteiras, sem-terras de áreas já consolidadas, os assentados e assentadas, os assalariados rurais. Todo esse pessoal cabe numa organização como o MST, que tem clareza e convicção dos seus objetivos estratégicos.

E os objetivos estratégicos são claros, é a terra sendo democratizada, viabilizar o projeto camponês, o projeto da agricultura familiar, o projeto que se diferencia do agronegócio. E vinculado ao nosso projeto de sociedade estão as transformações concretas e profundas na sociedade brasileira, que seria o socialismo, na nossa concepção. Então eu não vejo isso como uma dimensão contraditória, não, viu, Igor? E que se contrapõe. Pelo contrário, eu acho que ela explica uma habilidade que o movimento teve de interpretar a realidade local e nacional, conectando com essa articulação internacional das organizações e dos sujeitos do campo. Então, assim, muito mais do que categorias explicadas, o que nós tivemos que nos debruçar foram os princípios gerais, né? Dos objetivos estratégicos. De compreendermos qual é a realidade que o sistema capitalista, como um projeto hegemônico mundial, impõe para a realidade do campo, não só do Brasil, mas do mundo. E a terra tem sido uma imposição, né? No sentido da concentração e da disputa pela terra, tem sido uma tônica muito presente em vários países.

As violências se explicitam por essa necessidade de concentrar ou de distribuir as terras e, agora, ampliando pela mercantilização dos bens da natureza, em que tudo que deveria estar a serviço do povo e que os camponeses, os sujeitos do campo, pudessem ser os guardiões... Hoje, isso tem valor no mercado, e os capitalistas têm cada vez mais atuado para concentrar isso que, até alguns anos atrás, era impensável para a gente – por exemplo, o ar. Eles quantificaram o ar, botaram valor e está no mercado. A lógica é insana.

CC BY

Igor

A gente não estava pensando em termos de contradição, mas em termos das diferentes categorias que podem estar em circulação.

Nashieli

Só complementando, porque em outros contextos latino-americanos é um termo de autoidentificação. No México, por exemplo, as pessoas se identificam como campesinos quando você pergunta: "Ah, então você trabalha...?", "Sou campesino".

Ayala

Bem, acho que tem uma raiz muito presente indígena e as pessoas se afirmam campesinas, né? Eu acho que tem muito uma identidade. Pode ser isso. Quanto mais um sujeito compreende a sua dimensão identitária, de projeto, sociedade, mais ele assume com naturalidade essa dimensão camponesa de ser o sujeito camponês ou camponesa. Acho que tem muito a ver de fato com essa compreensão mais... Por exemplo, eu não aceito quando me chamam de produtora – que o latifúndio incorporou. Os grandes fazendeiros (falam): "sou produtor". Embora a gente saiba que a gente produz, entende?

Nashieli

E você, quando alguém te pergunta, você diz que você é o quê?

Ayala

Camponesa. Do novo tipo, ainda brinco, né? Do novo tipo, a gente brinca. Nós aprendemos isso. Vou só te contar uma história. Foi muito engraçado. Teve um dos encontros da CPT, aqui na região Araguaia Tocantins, que eles fizeram acho que lá em Araguaína. Eles fizeram uma arte, que era um camponês com um chapéu de palha e com os braços abertos tentando associar à figura de Jesus Cristo na cruz, mas como se fosse quase um bailarino. Aí nós olhando, aí ganhamos essa camisa, a gente foi para o evento, essa camisa nós ficávamos olhando, olhando. Aí teve uma vez que a gente foi para uma reunião e estava com essa camisa e nós começamos a brincar: "olha, os camponeses". Aí nós olhávamos para camisa assim (apontando), "desse jeito bem aí, do novo tipo". Aí, pá. E aí, o que seria esse novo tipo? É a relação com a terra, mas não descuidar do projeto político que a gente tem que construir. Essa compreensão de mundo, de realidade, de organização popular expandida. Não é só a organização dos sem-terra; é você estar nos processos concretos em que o povo, a sociedade brasileira, os setores populares demandam.

CC BY

É se posicionar em temas com que não necessariamente temos um vínculo direto, mas em relação aos quais a gente precisa se posicionar. É ser essa voz permanente, de forma crítica, de acreditar nas transformações. Esse novo tipo seria isso, mas nunca perdendo de vista as suas raízes. Eu posso andar o mundo, gente, mas eu sei que o meu lugar é no Assentamento "26 de Março", no Núcleo de Moradia 1, associada da cooperativa de produção do assentamento. E que eu tenho, obrigatoriamente, que compreender o espaço que eu vivo. E construir relações afetivas no espaço em que eu vivo, então essa coisa de estar no mundo é ter essa raiz.

Nashieli

Bom, pra fechar, Ayala, você é dessa região, que é uma das mais violentas do país. Então queria... enfim, tem agora uma empreitada do agro e da bancada ruralista, que têm muito interesse em que as terras, principalmente da região amazônica, estejam em circulação, né?
E tem uma pressão sobre terras indígenas e quilombolas também. Então, como alguém do MST que atua nessa região avalia a situação?

Igor

Se eu puder complementar: você, dentro do movimento, dialogando, conversando com as outras pessoas, outros militantes do MST, de outras regiões, o que é que você vê como especificidade na luta do MST na Amazônia em relação ao MST de outras regiões?

Ayala

A gente tende a naturalizar a nossa atuação. O que a gente sempre escuta de muitos companheiros e companheiras de outros estados é assim: "vocês têm uma coisa que a gente não consegue identificar". Mas assim, bom, se vocês não conseguem, eu também não consigo, né? Então a gente constrói, trabalha muito para construir essa unidade identitária do movimento, quer dizer, o movimento do Sul, do Nordeste, na sua prática da luta pela terra, da luta pela reforma agrária, é muito parecido com o da nossa região. A gente tenta mais construir laços identitários comuns do que ver as diferenças. Mas a companheirada menciona muito que "vocês têm um quê" que eles chamam assim, dessa coisa da mística, do cantar, do declamar as poesias, de reconhecer a história e da luta e da resistência, de trazê-la sempre presente, no cotidiano, um pouco, para ir reacendendo a esperança.

A companheirada diz que essa é uma diferença. Diz: "vocês têm uma mística que a gente não consegue dizer em palavras, como muitos companheiros e companheiras mencionam, vocês tocam no coração quando vocês trazem essas simbologias do que vocês vivenciam aí na região". Então eu vou só reproduzir o que eu escutei já de outros companheiros e companheiras quando falam desse movimento que, ao mesmo tempo, é nacional, de uma identidade comum, mas que tem expressões diferentes pelo chão concreto em que se enraíza e que pode

CC BY

criar essas especificidades que enriquecem os nossos processos.

Eu acho que aqui é a expressão concreta do que é a natureza perversa do projeto do capital no campo que se constituiu pelo latifúndio e agora, mais recentemente, pelo agronegócio. E quando eu falo recentemente, eu estou falando das últimas, sobretudo, três décadas na sociedade brasileira. E o que é essa natureza perversa?

Eles não abrem mão de instituir a violência para construir o seu controle territorial. Então somos a fronteira em que, de forma deliberada e orientada, o Estado, os governos orientaram a vinda desses interesses privados para uma região permeada pela existência de muitas terras públicas, que poderiam ser destinadas para aqueles e aquelas que mais demandassem. Os sujeitos Sem Terra, reconhecendo também as comunidades quilombolas, indígenas que estão aqui na região. Eles esqueceram que esse espaço tinha a existência de sujeitos e incentivaram um processo de imigração de interesses do capital para a região que provocou isso que você menciona, que demarca muito concretamente o quanto de vidas nós perdemos por essa lógica irresponsável, proposital do Estado, atrelado à iniciativa privada de apropriação do que é público nessa região. Combinado com o que se chama dessa concepção de uma modernização conservadora.

Mas há um tipo de concepção, de desenvolvimento, que diz que as formas de existência aqui, nesta região, eram formas atrasadas, formas que não deveriam ser reconhecidas e que deveriam sofrer mudanças pela modernização que estava na cabeça deles. Como é que pensar a preservação das florestas, a prática de produção em equilíbrio com a (natureza) e de outras práticas de troca é atrasado? Pelo contrário! Hoje, as principais contradições que nós temos enfrentado é justamente por essa lógica dita "civilizada" que o capital consolidou e que agora está provocando a era dos extremos. Excesso de chuva, excesso de secas e que quem mais tem sofrido são os pobres. Do Brasil e do mundo inteiro. E não é outra coisa, não é maldade de Deus no mundo. É irresponsabilidade dos homens e mulheres que vivem nessa lógica irracional de desenvolvimento do campo. É triste, né?

Tem pessoas mais históricas da luta pela terra aqui nessa região. Uma vez me marcou muito escutando o nosso francês, que está há 40 anos nessa região aqui, o Mano[8]. Ele pegou uma foto que tinha várias lideranças da luta pela reforma agrária nessa região. Uma foto de mais de 30 pessoas. E ele foi citando um a um, quem ele teve que enterrar: Fulana, começou, o Expedito, o João Canuto... E foi citando um a um[9]. Dezinho, mais recentemente, Zé Cláudio, Maria, ele foi citando um a um, Padre Josimo, de quem ele conheceu nessa região. E ele disse assim: "e eu não me orgulho de dizer que eu ainda estou vivo aqui".

Eu acho que quem sofreu foi a gente, com a perda desses companheiros e companheiras. Isso amplia a nossa responsabilidade, a gente não pode trair essa memória da resistência e da luta que fez com que muitos tombassem na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Tem hora que bate aquele desânimo. Eu penso "está na hora de sossegar o tacho" como a gente brinca, "e cuidar da vida de casa, da vida aqui do território". Aí eu paro assim pra pensar, "gente, seria traição a essa memória de resistência e luta na região". "Então trate de limpar a poeira do corpo,

8 Emmanuel Wanbergue, francês que chegou a Marabá em 1975, enquanto leigo da ordem missionária Oblatos de Maria Imaculada, para fazer trabalho de base junto às CEBs formadas por posseiros da Transamazônica. Foi o primeiro coordenador da equipe da CPT de Marabá.

9 Refere-se a Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, assassinado em 2 de fevereiro de 1991; a João Canuto, antecessor de Expedito na presidência do mesmo sindicato e assassinado em 18 de dezembro de 1985; a José Dutra da Costa (Dezinho) presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, liderança da FETAGRI, assassinado em 21 de novembro de 2000; a José Claudio Ribeiro da Silva (Zé Cláudio) e Maria do Espírito Santo, lideranças do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranheira em Nova Ipixuna, Pará, assassinadas em 24 de maio de 2011; e a Josimo Tavares, padre e agente da CPT do Regional Araguaia-Tocantins, assassinado em 10 de maio de 1986.

CC BY

desanuviar a mente e reanimar para continuar o processo de luta e memória dos que tombaram na luta pela terra e na luta pela reforma agrária nessa região".

Tudo porque teve um projeto de ganância. Mal concebido ou concebido sabendo que teria essa realidade de nós termos vários companheiros e companheiras assassinadas/os, uma geração inteira que teve que enterrar os seus outros companheiros e companheiras. Então, eu não me orgulho dessa realidade. Não me orgulho. Também, se pudesse construir uma outra realidade, eu construiria. E seria de que essas pessoas pudessem hoje estar com a gente, né? Conversando, ter tido a oportunidade de ter criado seus filhos, né? Eu conheci a filha do Expedito lá no "Frei Henri". E a viúva. E ela falava ao mesmo tempo com orgulho do pai, mas com muita tristeza, porque ela não teve oportunidade de crescer e de ser criada pelo pai. Ela tem a memória do que outras pessoas falaram do que ele era. E me orgulhei mais ainda quando eu tive acesso à informação de que ele era um camponês do novo tipo. Ainda nos anos 80, porque ele fazia muita poesia! Não sei se vocês sabem disso. Mas o Expedito era um poeta de primeira linha. Eu falei: olha, então nós já tínhamos camponeses de novo tipo ali naquele período. Comunista, poeta. E, assim, que pena. Imagina se ele tivesse aí com a gente hoje, contando e declamando as poesias e nos ajudando a pensar o desafio...

Então, não me orgulho muito dessa realidade, não. Se eu pudesse desenhar uma outra realidade, eu desenharia. Mas, em memória desses companheiros e companheiras, a nossa tarefa nesse mundo, como a gente sempre fala, é apontar a cara dos assassinos, dos nossos inimigos e afirmar o projeto de sociedade que a gente acredita. E democratizar a terra, fazer a reforma agrária, garantir os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, enfrentar a extrema direita, defender a democracia. Hoje, essas têm sido as nossas bandeiras de luta para fazer jus à memória dos que já não podem mais estar. Acho que essa é a nossa tarefa hoje no mundo. Espero fazer valer essa memória de resistência.

Sobre os autores

Ayala Lindabeth Dias Ferreira

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desde 1999, e assentada rural no Projeto de Assentamento "26 de março" em Marabá, Pará. Atualmente é membro da Direção Nacional do MST.

Nashieli Rangel Loera

Docente do Departamento de Antropologia e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais da Universidade Estadual de Campinas. É editora chefe da Revista RURIS. Suas pesquisas tem se dedicado à análise dos modos de vida camponeses, movimentos sociais e a constituição de formas e linguagens de demanda social coletiva.

E-mail: nloera@unicamp.br

Igor Rolemberg

Pesquisador Pós-Doutorado FAPERJ no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Suas pesquisas têm se voltado para as disputas fundiárias e as mobilizações sociais por acesso e redistribuição de terra na Amazônia Oriental brasileira

E-mail: rolemberg.igor@ufrrj.br

Declaração sobre a disponibilidade das informações

Os metadados ainda não estão disponíveis em nenhum repositório de dados abertos mas após a publicação da entrevista os metadados serão disponibilizados no REDU (respositório de dados da Unicamp) e poderão ser consultados diretamente na página do repositório.

Contribuição dos autores

Nashieli Loera e Igor Rolemberg são responsáveis pela conceitualização e formulação das perguntas e a adaptação do texto no formato de entrevista. Ayala Ferreira é responsável pelas respostas que aparecem na redação original do texto. Nashieli Loera é responsavel pela edição e redação final da entrevista e pelo financiamento e recursos, disponibilizados pela Unicamp, para a transcrição da entrevista original.

Editora Chefe

Kelly Silva (https://orcid.org/0000-0003-3388-2655)

Recebido em 17/09/2024

Aprovado para publicação em 18/03/2025 pela editora Kelly Silva (https://orcid.org/0000-0003-3388-2655)